



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Prefeitura Municipal de Alto Alegre  
Rua Recreio nº 233 - CEP: 99.430-000  
CNPJ: 92.406.057/0001-03  
E-mail: prefeitura@altoalegre.rs.gov.br  
Fone: (54) 3382-1122. (54) 996350289

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº38/2025**

Município de Alto Alegre/RS

**Secretaria Municipal Educação, Cultura e Desporto**

**Necessidade da Administração:** Contratação do Serviço Social do Comércio – SESC, para o 4º Seminário Internacional SESC de Educação – Conexões que Fortalecem, para os professores da rede municipal de ensino.

**1. DEFINIÇÃO DO OBJETO**

**1.1.** Constitui o objeto da presente dispensa de licitação a Contratação do Serviço Social do Comércio – SESC, Administração Regional no Estado do Rio Grande do Sul, CNPJ nº03.575.238/0001-33, com sede na Rua Fecomércio nº101, Porto Alegre/RS- para o **4º Seminário Internacional SESC de Educação – Conexões que Fortalecem, para os professores da rede municipal de ensino.**

Item	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Total R\$
1	Contratação do Serviço Social do Comércio – SESC, para o <i>4º Seminário Internacional SESC de Educação – Conexões que Fortalecem</i> , para os professores da rede municipal de ensino. <b>Cronograma segue abaixo, com datas, temas abordados e palestrantes.</b>	Vagas	50	2.750,00
				<b>2.750,00</b>

**Seminário acontecerá nos seguintes dias: 07, 08; 13, 14, 15, 20, 21, 22, 27, 28 de Maio de 2025 totalizando 40 horas, em plataforma on line, disponibilizada pelo SESC.**

**1.2.** Justifica-se a necessidade da contratação pois a formação continuada com professores é importante porque ela aprimora as práticas pedagógicas, atualiza os conhecimentos e habilidades dos professores, e contribui para a qualidade do ensino, proporcionando melhores resultados para os alunos e a escola. Além disso, a formação continuada pode impulsionar a carreira do professor, aumentando a sua satisfação e motivação.

**2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

**2.1.** A fundamentação da contratação e seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste termo de referência.

**2.2** O objeto da contratação está previsto no plano anual de contratações, como se vê do item 3881 do PAC conforme apresentado pela solicitante em seu estudo técnico preliminar.

**2.3** O serviço a ser contratado enquadra-se nos termos do art. 6º XIII, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas, usualmente encontradas no mercado, podendo, portanto, ser contratado, por meio da modalidade Dispensa de Licitação. Assim, a contratação mostra-se viável na modalidade Dispensa de Licitação, conforme art. 75 inciso XV, da Lei 14.133/2021.

***XV - para contratação de instituição brasileira que tenha por finalidade estatutária apoiar, captar e executar atividades de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, inclusive para gerir administrativa e financeiramente essas atividades, ou para contratação de instituição dedicada à recuperação social da pessoa presa, desde que o contratado tenha inquestionável reputação ética e profissional e não tenha fins lucrativos;***

**2.4**-Justifica-se a escolha da contratada por ser uma instituição brasileira sem finalidade lucrativa e detém, na sua área de atuação, inquestionável reputação ético-profissional; que a contratada seja incumbida regimental ou estatutariamente do desenvolvimento de programas nos âmbitos da educação, saúde, assistência e lazer; e que o objeto da contratação esteja voltado a uma dessas atividades. Assim, entende-se que havendo a correlação entre o objeto da contratação e as atividades e fins específicos do SESC, ampliando seu atendimento para a comunidade em geral, e ainda, comprovada a sua inquestionável reputação ético profissional no campo da prestação dos serviços.

Legislação do SESC-Decreto Lei 60.344/1967

Art. 3º Para a consecução dos seus fins, incumbe ao SESC:

.....

*j) promover, por processos racionais e práticos, a aproximação entre empregados e empregadores; e ([Redação dada pelo Decreto nº 6.031, de 2007](#))*

*l) desenvolver programas nos âmbitos da educação, cultura, saúde, assistência e lazer; nesta última categoria inclusas as atividades de turismo em suas diversas modalidades. ([Incluído pelo Decreto nº 6.031, de 2007](#))*

Portanto, a instituição cumpre os fundamentos de estar voltada para programas de educação básica e continuada e/ou questões educativas relacionadas.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

3.1-A solução proposta é a contratação de empresa especializada para realização Seminário, que tem por objetivo servir de formação aos profissionais da rede municipal de ensino, proporcionando a estes profissionais uma importante atualização, novos aprendizados a serem aplicados em sala de aula.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**4.1.** Os bens/serviços têm natureza comum, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021 e será realizada por meio de processo de dispensa de licitação, nos termos do artigo 75º, Inc XV.

**4.2.** O 4º Seminário Internacional SESC de Educação – Conexões que Fortalecem, possui os seguintes eixos: Inclusão, Tecnologia Educacional e Saúde Socioemocional do Educador, em formato híbrido com palestras (20h – síncronas) e conteúdos de estudo (20h – assíncronos).

**4.3.** O referido seminário acontecerá de forma virtual, nos dias: 07 e 08/05, 13 e 14/05, 15 e 20/05, 21 e 22/05, 27 e 28/05, totalizando 40 horas.

**3.4.** Cada participante que atingir a frequência mínima de 75%, terá direito a um certificado de 40 horas, que deverá ser emitido na plataforma.

**4.3** O prazo de vigência da contratação será de 60 (sessenta) dias a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado conforme necessidade da partes.

**4.4** A contratada será responsável por todos os custos de deslocamento para a realização do objeto da presente.

## **5. Das obrigações:**

### **5.1. A Contratada obriga-se a:**

**I-** Efetuar o serviço dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas neste termo de referência

**II -** Observar as recomendações aceitas pela boa técnica, normas e Legislação pertinente;

**III-** Cumprir fielmente as obrigações definidas neste termo de referência, de forma que o objeto deverá ser executado de acordo com as exigências nela contidas;

**IV-** Prestar todos os esclarecimentos solicitados e atender às reclamações formuladas;

**V-** Comunicar ao Contratante qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;

**VI-** Manter, durante toda a execução da contratação, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato convocatório;

**VII-** Responder por todos os ônus referentes a execução, desde o transporte (deslocamento), como também encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais e salários de seus empregados;

**VIII-** Comunicar ao Município, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis que antecedem o prazo de vencimento da execução, os motivos que impossibilite o seu cumprimento;

**IX-** O Município não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade do contratado para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.

### **5.2. O Município obriga-se a:**

**I-** Acompanhar a execução do objeto;

**II-** Comunicar ao contratado toda e qualquer ocorrência relacionada à execução do objeto;

**III-** Proceder às advertências, multas e demais comunicações legais pelo descumprimento dos termos deste instrumento;

**IV-** Verificar a regularidade da situação fiscal do contratado, e dos recolhimentos sociais trabalhistas sob sua responsabilidade, antes de efetuar cada pagamento devido;

**V-** Promover a fiscalização e conferência dos serviços executados pelo contratado e atestar os documentos fiscais pertinentes, quando comprovada a execução total, fiel e correta dos serviços, podendo rejeitar, no todo ou em parte, o que estiver fora das especificações deste termo de referência;

**VI-** Efetuar o pagamento na forma convencionada neste instrumento;

**VII-** Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo contratado;

**VIII-** Observar para que, durante toda a vigência da contratação, seja mantida a compatibilidade com as obrigações assumidas e as condições de habilitações exigidas;

**IX-** Permitir o livre acesso do pessoal do contratado ao local de execução do serviço;

**X-** Notificar, por escrito, ao contratado, ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do serviço, fixando prazo para sua correção.

**XI-** Aplicar a contratada as sanções cabíveis;

## **6. Sanções Administrativas:**

**6.1.** O Contratado será responsabilizado administrativamente, mediante concessão do direito ao contraditório e à ampla defesa, pelas seguintes infrações:

- a)** dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b)** dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c)** dar causa à inexecução total do contrato;
- d)** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e)** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f)** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h)** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o referido processo ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- i)** Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l)** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m)** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**6.2.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 6.1. deste termo de referência as seguintes sanções:

- a)** advertência;
- b)** multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- c)** impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão contratante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- d)** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**6.3** As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 6.2. do presente Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

**6.4.** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções.

**6.5.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**6.6.** A aplicação das sanções previstas no item 6.2. deste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**6.7.** Na aplicação da sanção prevista no item 4.5, alínea “b”, do presente termo de referência, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**6.8.** Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 4.5 do presente termo de referência o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**6.9.** Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

**6.10** A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**6.11** É admitida a reabilitação do contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

**7-** Para a efetivação dos serviços pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os seguintes documentos a título habilitação, nos termos do art. 62, 66, 68, 69, Art.70 III da Lei nº 14.133/2021:

**7.1. Habilitação Jurídica- Art.66:**

- a) cópia do registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Física (CPF), se o contratado for pessoa natural, ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ/MF), se o contratado for pessoa jurídica;
- d) cópia do decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**7.2. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista- Art.68**

- a) comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do contratado, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- b) prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do contratado ou outra equivalente, na forma da lei;

- c) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- d) prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho.

### **7.3. Habilitação Econômico-Financeira -Art.69 e 70 III:**

- b) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 90 (noventa) dias da data designada para a apresentação do documento;

## **8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**8.1.** O 4º Seminário Internacional SESC de Educação – Conexões que Fortalecem, possui os seguintes eixos: Inclusão, Tecnologia Educacional e Saúde Socioemocional do Educador, em formato híbrido com palestras (20h – síncronas) e conteúdos de estudo (20h – assíncronos).

**8.2.** O referido seminário acontecerá de forma virtual, nos dias: 07 e 08/05, 13 e 14/05, 15 e 20/05, 21 e 22/05, 27 e 28/05, totalizando 40 horas.

**8.3.** Cada participante que atingir a frequência mínima de 75%, terá direito a um certificado de 40 horas, que deverá ser emitido na plataforma.

**8.4.** A Contratada será responsável pelo controle de presenças (síncronas e assíncronos), tendo em vista, a entrada na plataforma e efetiva participação do Seminário pelo inscrito;

**8.5.** O objeto deste termo poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Estudo Técnico Preliminar devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

**8.6. Segue cronograma, com temas, palestrantes e datas:**

**07/05/2025** – das 19h às 20h - Dr. Daniel Becker - RJ - Crianças e Adolescentes em Transformação: Como os Professores Podem Enfrentar os Desafios de um Mundo em Mudança

**08/05/2025** – das 19h às 21h - Bárbara Carine – BA - Como ser um educador antirracista

**13/05/2025** Dr<sup>a</sup>. Francine Marciano – SP - Bullying e Cyberbullying nas Escolas: Estratégias de Orientação para Educadores

**14/05/2025** - das 19h às 21h - Prof<sup>a</sup> Daniela Galante – RS - Pensamento Computacional na BNCC: Preparando Educadores para o Futuro da Educação

**15/05/2025** – das 19h às 21h - Prof. Fernando Trevisani- SP – Como usar recursos de IA para planejar aulas em metodologias ativas

**20/05/2025** – das 19h às 21h - Janaina Hirata - SP - A importância do bem-estar socioemocional docente no contexto de emergência

**21/05/2025** – das 19h às 21h - Camila Izoli- Portugal - O acolhimento como fio condutor de uma educação sensível

**22/05/2025** – das 19h às 21h - Prof<sup>a</sup> Solange Gelles- SP - Mindfulness na Escola

**27/05/2025** – das 19h às 21h - Prof. Sergio Oliveira – ES - Cuidando da saúde socioemocional do professor

**28/05/2025** – das 19h às 21h - Borja Castelar – Espanha - Inovações Tecnológicas e Inclusão: Promovendo o Desenvolvimento Socioemocional com a IA

**Material Complementar** – 20h: Podcast, Videoaulas e E-book do evento – assíncrono.

## **9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**9.1.** A fiscalização da execução do objeto, será exercida pelo fiscal representante da Secretaria de Educação, designado mediante portaria nº 11.910/2025.

**9.2.** A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto nos decretos 3.701/2024 e 3.700/2024 que regulamenta as funções do agente de contratação, da equipe de apoio

e da comissão de contratação, suas atribuições e funcionamento, a fiscalização e a gestão dos contratos, e a atuação da assessoria jurídica e do controle interno no âmbito do Município de Alto Alegre/RS, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021”

**9.3.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**9.4.** Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal de contrato emitirá notificações para correção da execução do contrato, determinando prazo para correção.

**9.5.** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação do fiscal quanto ao cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado.

**9.6.** O gestor do contrato tomará as providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

## **10. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO**

**10.1.** O pagamento será efetuado em até 15 dias após a prestação do serviço, com a emissão da nota fiscal com carimbo de comprovação da efetivação do serviço.

**10.2.** A Nota Fiscal/Fatura emitida pelo contratado deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo a fim de se acelerar o trâmite e a posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

**10.3.** Serão processadas as retenções tributárias e previdenciárias nos termos da legislação que regula a matéria.

## **11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

**11.1.** O serviço tem natureza de serviço comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021 e a contratação será realizada por processo de dispensa de licitação, com fulcro no inciso XV da Lei Federal nº 14.133/2021.

**11.2** Justifica-se a escolha da contratada por ser uma instituição brasileira sem finalidade lucrativa e detém, na sua área de atuação, inquestionável reputação ético-profissional; que a contratada seja incumbida regimental ou estatutariamente do desenvolvimento de programas nos âmbitos da educação, saúde, assistência e lazer; e que o objeto da contratação esteja voltado a uma dessas atividades. Assim, entende-se que havendo a correlação entre o objeto da contratação e as atividades e fins específicos do SESC, ampliando seu atendimento para a comunidade em geral, uma vez que os professores atuam na rede municipal de ensino proporcionando a interação dos alunos/escola/sociedade e, comprovada a sua inquestionável reputação ético profissional no campo da prestação dos serviços.

## **12. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**12.1.** Estima-se para a contratação almejada o valor total de **R\$ 2.750,00 (Dois Mil Setecentos e Cinquenta Reais);**

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	MEDIDA	VALOR TOTAL
1	Contratação do Serviço Social do Comércio – SESC, para o 4º Seminário Internacional SESC de Educação – Conexões que Fortalecem, para os	50	Vagas	R\$ 2.750,00

	professores da rede municipal de ensino.			
--	--	--	--	--

**Cronograma segue anexo ao processo e no subitem 8.6, com datas, temas abordagem e palestrantes.**

**12.2.** As referências de valores foram obtidas por meio de pesquisa em contratação semelhante ou igual para o mesmo Seminário, nos Termos de Cooperação dos seguintes municípios com o SESC (seguem anexo ao processo): Planalto, Rodeio Bonito, Cristal do Sul, (realizada pela Secretaria solicitante), encaminhada no ETP, levando-se em consideração o número de participantes, vislumbra-se que tal valor é compatível com o praticado pelo mercado correspondente.

Observando-se o disposto no Decreto Municipal n.º 3589/2023 e 3588/2023, que “Estabelece o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens no âmbito do Município de Alto Alegre, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021”.

### **13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS**

**13.1** A atividade não gera impactos ambientais significativos.

### **14. GARANTIAS DA EXECUÇÃO**

Não haverá exigência da garantia de execução contratual.

### **15. REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

Os preços inicialmente contratados são fixos, podem ser reequilibrados a qualquer momento desde que justificado e reajustáveis desde que contados do orçamento.

### **16. MATRIZ DE RISCO**

Não se identificou possíveis eventos supervenientes a assinatura do contrato que possam causar considerável impacto em seu equilíbrio econômico financeiro, bem como à parte responsável em suportar tais riscos.

### **17. PRAZOS PARA REPACTUAÇÃO E REEQUILIBRIO DE PREÇOS**

Conforme as regras e disposições da lei 14.133 de 2021.

### **18. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**18.1.** O dispêndio financeiro decorrente da contratação ora pretendida decorrerá das seguintes dotações orçamentárias de cada secretaria, conforme previsão dos respectivo termo de formalização de demanda:

#### **Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto:**

Projeto/Atividade: 2400.0020 - Manutenção da Secretaria Municipal de Educação

Projeto/Atividade: 2411.0020 - Manutenção do Ensino Infantil

Projeto/Atividade: 2412. 0020 - Manutenção do Ensino Fundamental

Elemento: 3390.39 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

RV: 0001 e 0020

Alto Alegre, 29 de Abril de 2025.

---

Raquel Bertol Terhorst  
Agente Administrativo

### **Termo de Referência Aprovado:**

Sandra Provensi Corazza  
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto